

## Referências bibliográficas

ANDRADE, L. M. S. de; ROMERO, M. A. B. A importância das áreas ambientalmente protegidas nas cidades. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. **Anais...23-27** de maio de 2005, Salvador, BA Disponível em: <<http://vsites.unb.br/fau/pesquisa>> Acesso em: agosto de 2011.

BRAGA, R. Planejamento Urbano e Recursos Hídricos. IN: BRAGA, R; CARVALHO, P. F. de (orgs). **Recursos Hídricos e Planejamento Urbano e Regional**. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan/IGCE – UNESP, 2003.

CASTELLANO, M. S. **Inundações em Campinas (SP) entre 1958 e 2007**: tendências sócio-espaciais e as ações do poder público. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

DEGG, M. **Natural Disasters**: Recent trends and future prospects. Geography. Journal of the Geographical Association. N. 336, v. 77, parte 3, jul. 1992. P. 198 – 209.

LA RED. **Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en America Latina** – Agenda de Investigación y Constitución Organica. Peru: 1993.

MATTEDI, M. A. **As enchentes como tragédias anunciadas**: impactos da problemática ambiental nas situações de emergência em Santa Catarina. Tese de Doutorado, IFCH, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

XAVIER DA SILVA, J. **Geoprocessamento para Análise Ambiental**. Rio de Janeiro, 2001.

## PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NA AMÉRICA LATINA EM SUAS DIVERSAS ESCALAS GEOGRÁFICAS

**Rolando Eli Quispe Cabanillas** – Bacharel e licenciado em História e Geografia na Universidade Nacional Daniel Alcides Carrion, Cerro de Pasco - Peru, Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é doutorando na geografia na mesma instituição. Atua nos principais temas: Geografia, preservação ambiental, planejamento, gestão e desenvolvimento sustentável ambiental, planejamento e desenvolvimento de cidades e meio ambiente urbano e rural. Orientador: Edvaldo Moretti  
E-mail: rolandoe@ige.unicamp.br

**Mariana Ferreira Cisotto** – Bacharel (2006), Licenciada (2007), Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, com dissertação intitulada “Natureza e cidade: relações entre os fragmentos florestais e a urbanização em Campinas – SP” (2009) e atualmente doutoranda em geografia na mesma instituição com tese intitulada “O uso público da natureza, por sua raridade no novo padrão de urbanização em Campinas (Brasil), Buenos Aires (Argentina) e Santiago (Chile)”. Orientador: Antonio Carlos Vitte  
E-mail: mariana.cisotto@ige.unicamp.br

**Fabiano de Araújo Moreira**– Atualmente é estudante de Mestrado no Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (início em 2011). Bacharel em Geografia pela Unicamp (2010), cursando Licenciatura em Geografia. Atuando principalmente nos seguintes temas: América Latina, Recursos Energéticos, Mudanças Climáticas, Mercocidades, Mercosul, Paradiplomacia, Geopolítica e Relações Internacionais. Orientadora: Claudete de Castro Silva Vitte  
E-mail: fabianoamoreira@yahoo.com.br

**John Dario Zapata Ochoa**– Engenheiro Ambiental Universidad de Medellín- UDEM (2006), Especialista em Educação Ambiental Universidad Pontificia Bolivariana-UPB (2009), ambas na Colômbia. Atualmente é estudante de Mestrado em Geografia na Universidade Estadual de Campinas. Orientadora: Arlete Moysés Rodrigues  
E-mail: johnchoa@ige.unicamp.br

## Resumo

As políticas ambientais globais possuem um histórico que condiciona os diversos países participantes quanto a suas ações diretas na natureza, de forma a compensarem os impactos ambientais, atualmente se referindo muitas vezes à problemática das mudanças climáticas, que podem afetar os países de forma geral.

Porém, o que podemos observar é que os países, em específico os latinoamericanos, tendem a seguir outras direções, muitas vezes contraditórias a esses acordos mundiais, o que acaba retirando a importância e efetividade desses acordos internacionais. Na América Latina, alguns países insistem em não seguir essas diretrizes, continuando a impactar o meio-ambiente, sem levar em consideração as próximas gerações que sofrerão esses impactos, se importando sempre com o desenvolvimento econômico, mais do que com a preservação ambiental, como se esse crescimento só fosse atingido em detrimento da natureza. No que tange o nível dos Estados-nação, os acordos internacionais são fundamentais para orientar os países quanto à proteção ambiental já que tais problemas podem afetar a todos os países de forma geral. Porém, além dessas normativas internacionais, outras formas de ações, locais, também podem ajudar na problemática ambiental, talvez não para ajudar no todo, na questão da mudança climática, aquecimento global, mas como um princípio de ajuda para tal. Ajudar na sensação térmica, diminuição de eventos climáticos severos, melhoria nas condições de vida, enfim, são elementos que podem, sim, ser solucionados por meio de

medidas locais, não passando, necessariamente, pelo nível nacional. Portanto, são diversas as iniciativas preocupadas com a preservação ambiental e diminuição dos impactos das mudanças climáticas, latentes nos tempos atuais. Mesmo as diretrizes internacionais da temática não sendo, necessariamente, cumpridas pelos diversos países signatários, outras formas de ajuda são observadas, levando a crer que esta problemática não é apenas uma questão que pode ser solucionada pelo nível do Estado-nação, como também pelos níveis locais.

## Temas das falas individuais

**Rolando:** Elaborar uma discussão crítica ao modelo internacional da problemática ambiental, que se manifesta em uma relação muito complexa que está além das soluções e alternativas de solução planteadas pelo “desenvolvimento sustentável” e os acordos assinados pelas nações, que apontam sua consecução compreendendo a degradação ambiental como fruto de uma relação dos grupos sociais na apropriação da natureza. Exemplos de Campinas e Peru serão contemplados, como forma de exemplificação das políticas ambientais em nível local e nacional.

**Mariana:** A natureza como elemento simbólico, a construção do discurso ambiental no cotidiano e suas implicações na Urbanização. Foco na escala local, com a incorporação de áreas verdes urbanas, tomando como exemplo a história e o planejamento urbano de Campinas, Santiago e Buenos Aires.

**Fabiano:** Para dar base na discussão das políticas ambientais locais das cidades, tema principal da Semana da Geografia, primeiramente devemos observar as diretrizes internacionais ditadas pelas conferências e tratados que influenciam as ações estatais, já que essas políticas globais de proteção ambiental têm peso direto nas ações em outras escalas, como as cidades. Faremos, portanto, uma introdução com referência aos principais acordos e conferências realizados no mundo pós-segunda guerra, para contextualizar as ações estatais para proteção ambiental no século XXI e dar base às discussões posteriores de nível local.

**John:** O discurso do Desenvolvimento sustentável, como apresentado nos documentos oficiais que o promovem, tem contradições que se manifestam no espaço geográfico como totalidade e se constituem em problemáticas ambientais. Foco na escala nacional com os conflitos derivados dos programas ou planos de desenvolvimento do Governo Nacional na Colômbia, caso específico da Colômbia e o Maciço Colombiano, e no espaço urbano da Cidade de Medellín.

### **Movimentos ambientalistas e Convênios internacionais para o meio ambiente: busca pelo estabelecimento de acordos de cooperação e governabilidade global**

A mudança climática é apenas um exemplo de como as questões ambientais envolvem numerosas trocas e negociações (*trade-offs*) entre dimensões e atores diferentes (pertencentes às esferas do Estado, o mercado e à sociedade civil) que implicam tomar decisões que supõem verdadeiros dilemas e opções em aberto para a sociedade. (LEIS, 2004, p. 15)

Para observarmos a dinâmica das políticas ambientais atuais na América Latina, antes devemos analisar os diferentes acordos e conferências que fornecem as diretrizes aos países no que se refere a políticas globais de proteção ambiental. Faremos, portanto, uma introdução com referência aos principais acordos e conferências realizados no mundo pós-segunda guerra, para contextualizar as ações estatais para proteção ambiental no século XXI.

O primeiro trabalho publicado que é tido como o nascimento do movimento ambientalista é conhecido como *Silent Spring* (Primavera silenciosa), escrito por Rachel Carson, em 1962. Esse trabalho procurou delatar os impactos dos pesticidas no meio ambiente, principalmente no efeito sobre as aves, e acabou se tornando um marco no movimento, intensificando as discussões sobre uso de pesticidas e poluição ambiental em todo o mundo. Posteriormente, um relatório, chamado "Clube de Roma", relatou o possível esgotamento dos recursos naturais e degradação irreversível do ambiente, o que provocou uma série de discussões entre os países, dando início à preocupação ambiental da época do pós-guerra.

Seguindo as tendências ambientalistas das décadas de 1960 e 1970, foi estabelecido o "dia da Terra", que seria o 22 de abril de todo ano, em 1971, colocando a questão ambiental como uma das novas causas da sociedade. No ano seguinte, em 1972, ocorreu a Reunião de Estocolmo, que seria a Conferência das Nações Unidas Sobre o Homem e o Meio Ambiente. Nessa reunião, a questão ambiental entrou de vez na pauta dos países, ao se criar uma agenda de políticas internacionais a serem seguidas pelos países. Nessa reunião, ficou claro que, a diferença de interesses dos países pobres e

dos ricos, já para os países ricos, já industrializados, os problemas ambientais já se mostraram presentes, portanto exigia algum tipo de medida para contornar tais problemas, enquanto para os países pobres, não industrializados, essa discussão era considerada fora de propósito. Havia uma grande discussão no sentido de, por um lado, serem criadas leis e diretrizes para os países seguirem de forma a se controlar os efeitos prejudiciais da indústria ao meio ambiente por parte dos países ricos, enquanto que de outro lado os países pobres exigiam que não houvesse empecilhos para sua industrialização, forma vista até então como única maneira de se romper os altos níveis de pobreza (CAPOBIANCO, 1992). O resultado foi que os países ricos do norte estabeleceram leis que controlavam a indústria, enquanto os países pobres do sul não tomaram nenhuma atitude importante em relação à proteção ambiental, levando, posteriormente, a indústria do norte a procurar novas localidades para suas atividades, nesses países pobres, que não possuíam tais leis mais rígidas, apenas deslocando a fonte dos problemas de um hemisfério a outro.

É nesse contexto que surge, em 1983, a Comissão das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, com o intuito de se percorrer inúmeros países, com a missão de se descobrir os problemas ambientais de cada país para produzir um relatório à ONU e subsidiar futuras iniciativas em prol da natureza. Essa comissão trabalhou até 1987, quando foi divulgado o relatório Nosso Futuro Comum, que apontava um acelerado processo de degradação ambiental em todos os países pobres visitados, necessitando, portanto, de uma série de medidas urgentes como única maneira de se reverter processo de

impacto ambiental iminente. Também foi decisivo para se relacionar a economia aos problemas ambientais, já que mencionava a condição de subdesenvolvimento como fator principal para o não uso racional e sustentável dos recursos naturais, sendo essa questão uma das peças-chaves para a discussão futura na Rio-92. Nessa reunião foram assinados cinco importantes documentos: Declaração do Rio, Agenda 21, Declaração de Florestas, Convenção sobre Mudanças Climáticas e Convenção sobre Biodiversidade, tendo cada um suas diretrizes próprias, conforme tabela 1.

O Protocolo de Kyoto foi um dos desmembramentos da Rio-92, e estabelecia Metas para redução de gases de efeito estufa, assim como definia os métodos para se atingirem essas metas. Foi estabelecido em 1997, como um acordo institucional, porém nem todos os países foram adeptos desse protocolo, como por exemplo o principal emissor, os Estados Unidos da América, sendo que o protocolo abarcou países responsáveis por 55% do total de emissão de gases na atmosfera.

O período da década seguinte à reunião foi marcado por importante significância do meio ambiente como questão global, ligada à questão do desenvolvimento dos países, com a atividade de inúmeras novas organizações não-governamentais, que passaram a exercer forte influência no papel de países por todo o mundo, aclamando por maior participação e atuação por parte desses países (JASANOFF, 2004). Uma década após, em 2002, ocorreu a Rio +10, ou reunião de Desenvolvimento Sustentável, sediada por Johannesburgo, na África do Sul. Afonso (2006) menciona a importância desse evento ao serem aprovados dois novos

documentos, a Declaração Política e o Plano de Implementação. Esses documentos serviram para se reiterar as posições já tomadas dez anos antes, e também para se estabelecerem algumas novas diretrizes, com bastante relação à economia dos países. Alguns dos objetivos são "a erradicação da pobreza, a mudança nos padrões insustentáveis de produção e consumo e a proteção dos recursos naturais" (AFONSO, 2006, p. 30).

Tabela 1. Documentos aprovados pela Reunião Rio 92 e seus respectivos objetivos.

Declaração do Rio	Declaração de princípios através dos quais são definidos os direitos e responsabilidades dos governos e cidadãos em relação ao meio ambiente.
Agenda 21	Roteiro de ação que estabelece as metas a serem atingidas no século XXI, visando direcionar as transformações da vida social na direção da sustentabilidade. Estabelece um protocolo de intenções e ações a serem implementadas pelos governos nacionais e agências de desenvolvimento, abarcando temas que vão da energia nuclear ao desmatamento, da administração de recursos a questões éticas.
Declaração de Florestas	florestas, colocando-se como ponto de partida para a assinatura de uma convenção obrigatória, não formulada na conferência devido a divergências de opiniões.
Convenção sobre Mudanças Climáticas	Convenção que define medidas para redução de emissão de gases provenientes da queima de combustíveis fósseis e, conseqüentemente, para redução do aquecimento global. Na convenção foram estabelecidos princípios importantes, dentre os quais o princípio da precaução (devem ser tomadas medidas preventivas, de modo a não agravar o aquecimento global) e o princípio da responsabilidade comum (todos os países são responsáveis pelo problema e serão afetados por ele).
Convenção sobre Biodiversidade	Convenção que define a necessidade da conservação in situ da biodiversidade, dispondo sobre os direitos dos países detentores de biodiversidade significativa. A convenção organiza a participação nas pesquisas realizadas em outros países e dispõe sobre o direito a uma parte dos lucros resultantes.

Fonte: Afonso (2006).

Na Rio +10 houve grande dificuldade para se estabelecer leis e diretrizes para os países no que se refere

aos planos de implementação, que seriam as bases para se modificar algo no que se refere aos impactos ambientais. A maioria dos países presentes na reunião deu grande importância à questão da erradicação da pobreza, e deixaram de lado a questão crucial da mudança no padrão de produção e consumo. Portanto, é muito discutível a efetividade dessa reunião, já que os países pareciam não estarem realmente preocupados com a degradação ambiental e as mudanças climáticas.

Em paralelo com essas reuniões das décadas de 1990 e 2000, um grupo de pesquisadores que estudavam as mudanças climáticas e sua relação com ações antrópicas passou a produzir relatórios, para dar base às discussões mundiais e possibilitar a formação de diretrizes a governos ou corporações para melhorar essa situação. Surgiu, assim, o IPCC, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, em 1995.

Uma das primeiras conquistas do IPCC foi dar sustentação às argumentações para a criação do Protocolo de Kyoto, em 1997, fornecendo embasamento científico para constatação de que as emissões de gases de efeito estufa eram provocadas, sim, por ações humanas, e que esse processo deveria ser controlado para ajudar no problema do aquecimento global, o que entrava em choque com os argumentos dos representantes dos países, que ainda não aceitavam, desde a Rio-92, a relação da economia com os problemas ambientais globais.

Já os relatórios posteriores do IPCC tiveram maior impacto, pois trouxeram maiores argumentações, mais concisas, da relação entre ações antrópicas e mudanças

climáticas, indicando possíveis problemas futuros muito graves por vir.

Em 2001, o IPCC publica outro relatório com evidências mais claras, ou seja, com maior nível de certeza em relação à mudança do clima e às influências antrópicas nessa mudança. Mas o grande passo ocorre em 2007, quando o espaço para questionamentos das conclusões do IPCC é reduzido significativamente. Nesse estudo, constatou-se um impressionante aumento do nível de certeza na correlação entre mudança do clima e ações antrópicas. O aumento da certeza científica, associado ao conhecimento adquirido em formas de atuação para lidar com o problema, levou o mundo a um novo patamar de discussão. Começaram a inclusão e a mobilização de praticamente todos os setores da sociedade (DELPUPO, 2009).

As últimas tendências para se guiar o movimento dos governos na questão ambiental passaram pela 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas, realizada em Copenhague, em 2009. As principais discussões foram acerca da regulamentação da compra de títulos de créditos de carbono relativos à preservação florestal e reflorestamento. Segundo Khalili (2010), as discussões não levaram a algo de concreto nessa reunião, sendo criada apenas a "Carta de intenções", com a sugestão dos EUA de se criar um "fundo de US\$100 bilhões proposto pelos EUA, a ser baseado em recursos públicos e privados, ecoando a posição dos países desenvolvidos de que estes mecanismos de mercado devem ser considerados no financiamento das metas que forem estabelecidas", porém essa carta não passou apenas do papel, já que havia divergências entre os demais países participantes, principalmente os países em desenvolvimento, que não

concordavam com a maior parte dos fundos vindos dos países desenvolvidos, que, após as últimas crises econômicas, provaram que possuem economias voláteis que podem não contribuir para a efetivação do plano.

A política internacional encontra-se em um forte impasse para tratar a crise ecológica global, que se associa à anarquia do sistema internacional a complementar inexistência de autoridades com poderes reais para assumir a responsabilidade da gestão dos bens naturais comuns da humanidade (LEIS, 2004).

### **O discurso ambiental e algumas considerações sobre o planejamento e as escalas**

Uma vez colocada a problemática ambiental como algo que concerne a todas as nações, em termos de degradação da camada de ozônio, começa-se a movimentar a diplomacia dos países para assinar acordos de cooperação para contribuírem com a mitigação do dito problema.

Ditos acordos conformam vários grupos de países. De um lado, estão os países desenvolvidos, que aceitaram sua "responsabilidade" pela dilapidação da natureza gerando uma alteração grave da "natureza". Por outro lado, estão os países subdesenvolvidos que tem a aspiração de chegar até o mesmo nível, mas no marco dos acordos internacionais, terá de se ajustar às políticas desenvolvimentistas que se baseará no uso de novas tecnologias que vão mitigar a contaminação e a degradação da "natureza"<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>Natureza entre aspas significa, segundo Duque (1986) e Noguera (2004), a natureza sem humanos. Segundo estes autores a natureza: "Está en la tierra modificada por

A ilusão desenvolvimentista permanece, assim como a troca desigual (ARRIGHI, 1998), mas sob outra visão, a de que a tecnologia resolverá todos os problemas que atingem em contra da natureza. As relações núcleo orgânico periferia se reorganiza conforme surge essa necessidade tecnológica, mas, como já dito, de maneira desigual. “O deslocamento da questão ambiental para o eixo Norte-Sul, implica um aprofundamento de estudos do que Joan Martínez Alier denomina Intercambio Economicamente Desigual” (RODRIGUES, 2009).

Mas, neste texto pretendemos fazer uma abordagem das políticas ambientais e a problemática ambiental em sua complexidade, tendo presente tanto as matrizes discursivas que a norteiam quanto as suas manifestações no espaço geográfico. Sabemos que as ações derivadas dessas políticas que têm como objetivo a preservação da natureza, alcançam manifestações diferenciadas e maneiras de implementação de acordo com as escalas nas que sejam implantadas.

As discussões a serem colocadas aqui, partem da premissa que o “desenvolvimento sustentável”, as “sustentabilidades” e os discursos ecologistas, às vezes, em sua maioria, deslocam as discussões mais importantes para o espaço urbano e centram-se na preservação da “natureza” como única possibilidade para a vida da humanidade, apresentando algumas inconsistências e contradições.

---

siglos de sementeira, en los vegetales crecidos bajo la acción conjunta de la energía solar y de la energía artificialmente producida (...) también hay naturaleza en el agua que cae libremente. (...) Naturaleza hay en las aguas, en las tierras y en los mismos organismos humanos” (p. 21).

Para falar do problema ambiental como algo que atinge à humanidade, o discurso ambiental começa a ter suas mudanças e variações. Assim, pode ser colocada essa discussão numa escala global, precisando de adeptos que conformem uma “maioria” gerando entorno a um problema comum, que como colocado acima foi a mudança climática e o aquecimento global. Assim, nesse consenso, o processo de institucionalização do discurso do “desenvolvimento sustentável” legitimam as práticas que dizem sobre o que é ambientalmente correto. Desse modo, os discursos com o acréscimo de sustentável serão adequados posteriormente à compreensão da lógica instrumental da sociedade moderna capitalista, urbana e financeira numa proposta de caráter reformista, na qual se procura pela salvaguarda da humanidade toda.

É desde esse momento que os Estados-nação que assistiram à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento conhecida como a ECO 92, recriaram o aparato técnico-burocrático, que desde antes já tinha a missão de enfrentar e prevenir situações de deterioração ambiental. Mas agora, também tinham a tarefa de planejar, fazer gestão ambiental e regular através das normas criadas para a proteção ambiental. O termo “desenvolvimento sustentável” também deve ser introduzido nos Planos de Desenvolvimento nas escalas nacional, estadual e municipal os quais devem ter programas de desenvolvimento que sejam “sustentáveis” ou “amigáveis com o ambiente”, que contribuam tanto para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes como ao progresso em ditos âmbitos de aplicação.

As sustentabilidades (RODRIGUES, 2009), apontam as alternativas de solução para os problemas modernos relacionados com a destruição da “natureza”. É por isso, que se procura por alternativas de solução que fizeram das políticas públicas, uma ferramenta para a gestão dos recursos naturais e fazer um uso sustentável deles, o que implicava uma modificação nas estruturas ministeriais e modificações de tipo gerencial tanto ao nível público como privado.

Assim, consideramos importante trazer ao texto aspectos relacionados como as visões do planejamento, ecologia e sustentabilidades aplicadas em diferentes escalas, especialmente no espaço urbano como totalidade. Para esta ilustração vamos a partir das discussões de vários autores os quais de maneira crítica e desde vários pontos de vista, abordam a questão do planejamento e desenvolvimento, a questão ambiental e suas escalas.

Topalov (1997), fala da transição de um paradigma que ele chama de planejamento racional, a outro “paradigma” que ele chama de ecologia. Ele contrapõe duas visões e como estas justificam cada tendência, mas vai encontrar um ponto onde ambos “paradigmas” se encontram e é que ambos possuem a autoridade da ciência para sua avaliação. No entanto, diz ou autor, embora tenham “essa característica fundamental em comum, eles se opõem em todo resto” (TOPALOV, 1997, p. 20). Mais tarde, nos anos 90, o discurso planejador vai a incorporar o discurso da salvaguarda do meio ambiente. Segundo Topalov (*op.cit.*), “parece que algumas das questões que deram origem ao paradigma do meio ambiente estavam já formuladas no próprio âmago do paradigma do planejamento racional”. Mas o deslocamento das preocupações no espaço

urbano geradas pelo “desenvolvimento sustentável”, vai gerar novos conflitos, ocultando outros também importantes.

Para Topalov (1997) a escala do discurso planejador racional é a cidade ou a região metropolitana e é dirigido às autoridades administrativas correspondentes. Enquanto à escala do discurso ambientalista, é o planeta e se dirige a humanidade inteira. Rodrigues (2011, p. 213), de outro lado, diz que para analisar as escalas nos estudos sobre “meio ambiente”, [segundo os discursos oficiais] é necessário também falar ao mesmo tempo, de indicadores e parâmetros usados em varias escalas para viabilizar o “desenvolvimento sustentável”.

O desenvolvimento sustentável no âmbito urbano “pode ser visto como um marketing na competição entre lugares, e ainda como uma utopia e que passa a ser muito utilizado como conceito mas de forma bastante imprecisa” (COSTA, 2000 *apud* VITTE, 2001, p. 28). O discurso ambientalista está deixando de lado discussões que devem ser feitas no âmbito urbano em sua totalidade, também sobre o que tem a ver com a cidade sustentável, porque o ambientalismo mesmo, não está questionando as implicações que tem dito discurso na produção capitalista do espaço.

Além disso, com relação às discussões ambientais, Rodrigues (2009), de maneira crítica diz que “a mudança da escala do local para o global altera-se rápida e completamente sem que haja novos paradigmas, instrumentais teóricos e analíticos para realizar análises coerentes [que nos permitam entender a dimensão da problemática]. De problemas locais para problemas globais, camuflados pela ideologia, pelas ideias de sustentabilidade da produção e elementos da

natureza serem chamados de “bem comum” (RODRIGUES, 2009).

É desde os níveis administrativos, na criação de políticas públicas, “onde se “planeja” o desenvolvimento com o acréscimo de sustentável, introduzindo metas numéricas e indicadores de sustentabilidade, no qual o espaço onde se concretizarão estas metas, segundo Rodrigues (1998), a maioria das vezes, é desconhecido, ou pelo menos não têm sido mencionado.

No urbano, por exemplo, para atender aos preceitos do “desenvolvimento sustentável”, se fazem intervenções urbanísticas que possibilitam a criação de programas para o desenvolvimento de uma sociedade “mais justa, saudável, democrática, consciente, responsável e sustentável”<sup>2</sup>. Mas se apresentam conflitos que às vezes não são tidos em conta e nem podem ser previstos nos exercícios de planejamento.

Chamando a atenção sobre o caso brasileiro, Rodrigues (2011, p. 218) diz respeito dos conflitos que estão imersos na relação cidade meio ambiente. Esses conflitos, segundo a autora, têm a ver com as Atribuições do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério das Cidades.

Também chama atenção sobre como através dos deslocamentos discursivos, se ocultam as problemáticas sociais e se da prioridade à problemática ambiental como impactos ambientais ou na procura da cidade sustentável:

Os conflitos ocorrem em “remoções” de moradores que ocupam encostas, várzeas de rios, Áreas de Preservação Permanente (APP), assim como na implementação de grandes

empreendimentos públicos e/ou privados, como aeroportos, usinas hidroelétricas, rodovias”(op. cit).

As contradições aparecem no momento de aplicação das políticas e nas decisões vindas dessas políticas. É assim que os diversos agentes públicos e privados que atuam no âmbito econômico diretamente, mediante suas atividades produtivas, ou indiretamente, mediante o desenvolvimento de infraestruturas, influenciam de forma relevante as decisões urbanísticas (FERNÁNDEZ, 1997, p. 51), neste caso particular usando o discurso das sustentabilidades ambientais e tendo presentes algumas questões da ecologia, que não resolvem os verdadeiros problemas do urbano em sua totalidade.

Na maioria dos casos, os problemas que realmente enfrentam as comunidades ficam ocultas, e nem são resolvidas pela incorporação de ditos conceitos aos exercícios de planejamento estratégico, que embora tenham boas intenções ainda não conseguem. Maricato (1997), citada por Vitte (2002, p. 27), nesse mesmo sentido diz que o novo paradigma chamado de ecológico, a questão social deixa de ser a base da legitimidade de discursos e ações. A questão social foi substituída pelo discurso do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade urbana.

A questão ambiental, embora seja uma importante referência para um rol de políticas públicas intersetoriais, necessita ainda de consulta pública por intermédio da qual se discuta o interesse das coletividades na complexidade urbana, que de maneira democrática apontem a resolverem os conflitos.

Assim, embora as políticas públicas incorporem a questão ambiental e a luta de muitos movimentos seja

<sup>2</sup> Plataforma cidades sustentáveis: <http://www.cidadessustentaveis.org.br>

preponderante para melhorar as condições de qualidade de vida, os discursos desenvolvimentistas continuam promulgando e disseminando as ideias neoliberais que não ajudam a que ditas lutas tenham uma concretude na melhoria da qualidade de vida da comunidade toda.

### **Política ambiental brasileira, da escala nacional à local**

No caso do Brasil, a política ambiental data dos últimos quarenta anos como resultado da ação de movimentos sociais locais e de pressões vindas de fora do país.

Nas conferências internacionais os temas predominantes eram o fomento à exploração dos recursos naturais, o desbravamento do território, o saneamento rural, a educação sanitária e os embates entre os interesses econômicos internos e externos. A legislação que dava base a essa política era formada pelos seguintes códigos: de águas (1934), florestal (1965) e de caça e pesca (1967).

Em 1973, pouco depois da Conferência de Estocolmo, foi criada no Brasil a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), órgão especializado no trato de assuntos ambientais sob a coordenação do Ministério do Interior. A Sema se dedicava ao avanço da legislação e aos assuntos que demandavam negociação em nível nacional, tais como a produção de detergentes biodegradáveis, a poluição por veículos, a demarcação de áreas críticas de poluição e a criação de unidades nacionais de conservação. O modelo da política ambiental brasileira elaborada a partir da Conferência de Estocolmo tinha assim como pilares: o controle da poluição e a criação de unidades de conservação da natureza. O

crescimento populacional e o saneamento básico – componentes de políticas setoriais de impacto sobre o meio ambiente (FERREIRA, 1998).

A partir da década de 1960 até meados de 1970, a política ambiental brasileira caracteriza-se por intervenções urbanas com projetos públicos em larga escala, produção em massa de serviços urbanos como habitação, água, esgoto, design urbano e rígido funcionalismo urbano. Pós-1960 com o progresso e apropriação social da tecnologia para qualidade de vida, a forma de ocupar a terra se altera muito, então surge o urbanismo contemporâneo (MENDONÇA, 2004). A partir de meados de 1970, ficam evidentes os fracassos de mega-projetos urbanos e surge a valorização de tipologias locais de assentamentos de classe baixa, adotam-se tecnologias locais, ações a curto prazo, enfatizam-se os recursos da auto-ajuda e participação comunitária (ULTRAMARI, 2001). Aparentemente, o paradigma, que havia fundado os padrões que buscavam constituir a sociedade como objeto da ação entra em declínio com a crise do Estado Brasileiro nos anos 1970, (RIBEIRO E CARDOSO, 1994) e com a ascensão dos movimentos ambientalistas e o agravamento de problemas urbanos (LIMA e RONCAGLIO, 2001).

Christian Topalov coloca que, como contraponto a este declínio, estaria em emergência um novo paradigma, o ecológico, estabelecendo nos problemas, novas técnicas de ação e novas escalas de articulação. Estabelecendo certa articulação entre o projeto ambientalista e a desregulação (TOPALOV, 1997). Em outra análise, que incorpora a questão ambiental no âmbito das políticas públicas, Ribeiro e Cardoso (1994) ponderam que é possível que a emergência

avassaladora da questão ambiental signifique não um novo paradigma, mas novo padrão que possa se articular aoparadigma do planejamento. Estaríamos então, diante de um novo padrão que coloca a cidade não como uma questão social, ou de desenvolvimento, mas como uma questão ambiental (RIBEIRO E CARDOSO, 1994).

Em 1988, o Estado, ao adotar a competência concorrente para o Meio ambiente, a partir da Constituição Brasileira alterou a relação das esferas de governo, centralizando políticas públicas (PACHECO *et al.*, 1992). Sucede-se a partir daí uma ampla edição de leis ambientais, o governo percebe que o uso da questão ambiental como marketing e como forma de desviar a atenção da opinião pública dos problemas econômicos e políticos (LIMA *et al.*, 2001). Inicialmente a percepção dos problemas ambientais é vinculada a uma corrente preservacionista que aponta a necessidade de criar ou ampliar as áreas verdes no espaço urbano (LIMA *et al.*, 2001). Pode-se considerar que a proteção da natureza é um dado relativamente novo para o planejamento urbano.

A extrema utilização do tema da questão ambiental, no planejamento urbano-ambiental trás uma nova forma de olhar o Meio Ambiente, ou o espaço geográfico, a partir daí, o sentido de cidade muda, há grande relevância para a noção de qualidade ambiental.

No âmbito das políticas de planejamento urbano, na década de 1990 o discurso recorrente nos documentos do banco mundial, (que devem ser considerados, pois expressam a posição oficial sobre as diretrizes do planejamento urbano) é a preocupação ambiental. Paralelamente às preocupações

tradicionais de economia de mercado, controle fiscal e tributário como condições para o crescimento econômico, agora surge a ideia de que estes não excluem uma política ambiental efetiva ou mesmo a busca de um desenvolvimento sustentável (ULTRAMARI, 2001).

### **Discussão sócio-ambiental dos problemas ambientais urbanos**

Na atualidade, mais da metade da população mundial mora nas cidades, e cerca dos 80% da população brasileira vive em cidades. A cidade ocupa um lugar no espaço geográfico. A maioria das pessoas as habitam, e quase todos nós moramos nela. É também parte de uma tradição, uma cultura, um tipo de forma de vida de determinados grupos sociais etc.

Uma ciência analítica da cidade, necessária, esta hoje ainda em esboço. Conceitos e teorias, no começo de sua elaboração, só podem avançar com a realidade urbana em formação, com a práxis (prática social) da sociedade urbana. Assim, a ciência da cidade tem como objeto a cidade (LEFEBVRE, 1991, p, 104).

Precisamos levar em consideração que tudo o que tem de fazer em uma cidade, tem que ser coletivamente de comum acordo. Alcançar esses objetivos é uma tarefa permanente, porque o processo de desenvolvimento territorial que se dá nas cidades requer da participação da cidadania e dos governos locais. É muito importante que os objetivos sejam claros e que partam de uma consciência social da população em geral, gerando alternativas de melhorias para os diferentes

problemas que se apresentam nos espaços naturais e nos diversos grupos sociais que a cidade abrange.

As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesses laboratórios que o planejamento deveria aprender a elaborar e testar suas teorias. Especificamente no caso do planejamento urbano, é obvio que uma grande quantidade de pessoas sérias se preocupa profundamente com a construção e renovação (JACOBS, 2001, pp. 5-6).

O processo de urbanização das cidades, torna-se muito complexa, que precisa de muitos estudos aprofundados tanto no contexto social, econômico e político, principalmente de um estudo sócio-espacial<sup>3</sup>, com caráter de igualdade procurando alternativas e melhorias.

Esse processo de desenvolvimento social tem que possibilitar um entendimento mais aprofundado sobre as cidades. Atualmente os mais desfavorecidos, ou melhor, dito os que moram nas periferias, são aqueles que apresentam maiores problemas sociais, econômicos e de urbanização. Faltando assim para eles todos os recursos ou serviços básicos como educação, saúde, transporte, moradia, etc. Com uma diferença marcante daqueles que moram nos espaços cômodos e de boas condições econômicas.

---

<sup>3</sup> A totalidade do espaço se converte através da territorialidade no lugar da reprodução das relações sociais. Isto assume grande importância devido à crescente acumulação de formas espaciais que o capitalismo contemporâneo cria, exemplificada com a progressiva urbanização da humanidade. Com a expansão da urbanização nos países subdesenvolvidos torna-se ainda mais desigual a distribuição dos meios e equipamentos coletivos, tendendo a ser ainda mais deficitários em certas áreas, geralmente para as de população de baixa renda (BORTOLOZZI e PEREZ FILHO 1999, p. 17).

A esse tipo de problema em uma cidade, se denomina de problema social, que apresenta bairros ricos e bairros pobres. Além disso, também traz consigo muita discriminação, segregação do espaço e da sociedade, numa mesma cidade. A condição social e do espaço cria uma divisão entre as pessoas, mas isso numa cidade é um grande problema que não deveria acontecer, porque todos seus moradores como cidadãos têm os mesmos direitos<sup>4</sup> de ter pelo mínimo as necessidades básicas atendidas. Corrêa (2000, p.9) afirma que “o espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam no final de contas o direito à cidade, à cidadania plena igual para todos”.

Falar da questão sócio-ambiental numa cidade ou de um espaço urbano é também falar atualmente dos problemas que estão presente nas cidades, e portanto, diz respeito ao entendimento dos territórios urbanizados. Este grande problema, apresenta-se nas formas predatórias da apropriação do meio natural, como forma de uso do território, que vão gerando os problemas ambientais.

O crescimento das cidades através do processo acelerado da urbanização num determinado espaço geográfico, pode-se revelar como o elemento de maior importância para sua própria transformação e desenvolvimento, sem esquecer também o grande risco que ela representa para a degradação ambiental.

---

<sup>4</sup> Trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão (SANTOS, 1998, p.129).

As cidades contemporâneas caracterizam-se, sob os efeitos da globalização, e justamente da profunda desigualdade social na exposição aos riscos ambientais. Além das incertezas do desemprego, da desproteção social e da precarização do trabalho. Os trabalhadores são submetidos aos riscos da moradia em encostas perigosas, beiras de cursos d'água sujeitas a enchentes, áreas contaminadas por lixo tóxico, situadas sobre gasodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade. Criando assim a desigualdade e falta de recursos como saneamento básico, saúde e solo seguro (ACSELRAD, 2001, p.23).

Assim, a importância sobre a realidade pode-se mostrar justamente quando de um lado ocorre a ameaça de risco à insegurança e por outro lado à qualidade de vida que atinge de forma diferenciada os diferentes grupos sociais<sup>5</sup>, afetando especificamente os pobres, que são mais vulneráveis para fazer frente a esses problemas.

Trata-se, isto sim, de pensar um novo modelo de desenvolvimento urbano, baseado nos princípios da democratização dos territórios, no combate à segregação sócio-espacial, na defesa dos direitos de acesso aos serviços urbanos e na superação da desigualdade social, manifesta também nas condições de exposição aos riscos urbanos (*op.cit*, 2001, p. 23).

---

<sup>5</sup> É na produção da favela em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas a operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade (CORRÊA, 2000 p.30).

Quando os cidadãos passaram a ver as perdas da produção provocadas pela não preservação, e os intensos custos do colapso ambiental urbano nas cidades. A questão da problemática ambiental passa a assumir um papel cada vez mais relevante de interesse coletivo.

Precisamos questionar então a distribuição das responsabilidades ambientais dentro das cidades, entre suas regiões peri-urbanas e o interior, assim como entre as regiões do mundo.

### **Na escala local, o exemplo das áreas verdes urbanas**

Focando um elemento da política ambiental nas cidades, temos as áreas verdes urbanas como um dos principais ícones de defesa do meio ambiente pela sua degradação, e pelo exíguo espaço que lhes é destinado nos centros urbanos (LOBODA e DE ANGELIS, 2005). Hoje as áreas verdes se tornaram uma referência em defesa do meio ambiente e a sua degradação. Atualmente os espaços verdes estão sendo tomados pelos os centros urbanos. A urbanização está cada vez mais complexa, ou seja, o espaço urbano tende a se expandir cada vez mais por causa da sua força produtiva, e assim as questões sócio-ambientais entra em contradição com as questões sócio-econômicas.

As áreas verdes urbanas são as áreas onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas, que exercem apenas funções estéticas. As áreas verdes urbanas proporcionam melhorias no ambiente urbano fortemente

impactado e trazem benefícios para os habitantes das cidades e exercem diversas funções; ecológica, estética, social, educativa e psicológica (CISOTTO, 2009).

A função ecológica decorre da presença da vegetação e do solo não impermeabilizado, atuando como refúgio para fauna, promovendo melhorias no clima da cidade, garantindo médias térmicas diárias e anuais mais amenas e um maior índice pluviométrico, atenuação sonora, na manutenção da qualidade do ar e água (OLIVEIRA, 1996). Por sua função ecológica, é um elemento pensando na escala local de administração municipal que interfere nas mudanças climáticas.

As áreas verdes desempenham importante papel no mosaico urbano, porque constituem um espaço inserido no sistema urbano cujas condições ecológicas mais se aproximam das condições normais da natureza (GUZZO *et al.*, 2006). As áreas verdes urbanas melhoram o meio ambiente, as contribuições ecológicas ocorrem na medida em que os elementos naturais que compõem o espaço minimizam impactos decorrentes da industrialização e urbanização (LOBODA e DE ANGELIS, 2005).

Queiroga (2008) defende que as áreas verdes públicas nos centros urbanos contribuem para a melhoria da drenagem urbana, com mais espaços de solo permeável, menor é o impacto das chuvas torrenciais de verão na cidade. Também existem benefícios como o conforto térmico, pois, quanto maior a arborização, melhor fica a umidade relativa do ar e menor é a amplitude térmica e a retenção de partículas sólidas.

Gorshkov e Anastassia afirmam que a devastação de matas é responsável pelas mudanças climáticas extremas,

nessa teoria, denominada Bomba biótica, afirmam que "são as florestas que trazem a umidade atmosférica para o continente. Destruir árvores modifica a direção dos ventos, tranca a entrada de umidade no continente e, no final, o transforma em deserto" (MAGRO, 2009).

As áreas verdes devem satisfazer três objetivos principais: ecológico-ambiental, estético e de lazer. Pelo menos, 70% da área, deve ser ocupada por vegetação e solo permeável (sem laje) e devem servir à população, propiciando um uso e condições para recreação (NUCCI, 2001; MORERO, 2006).

As áreas verdes urbanas proporcionam melhorias no ambiente urbano fortemente impactado e trazem benefícios para os habitantes das cidades e exercem diversas funções; ecológica, estética, social, educativa e psicológica (CISOTTO, 2009).

A função ecológica decorre da presença da vegetação e do solo não impermeabilizado, atuando como refúgio para fauna, promovendo melhorias no clima da cidade, garantindo médias térmicas diárias e anuais mais amenas e um maior índice pluviométrico, atenuação sonora, na manutenção da qualidade do ar e água (OLIVEIRA, 1996). Por sua função ecológica, é um elemento pensando na escala local de administração municipal que interfere nas mudanças climáticas.

As áreas verdes desempenham importante papel no mosaico urbano, porque constituem um espaço inserido no sistema urbano cujas condições ecológicas mais se aproximam das condições normais da natureza (GUZZO *et al.*, 2006). As áreas verdes urbanas melhoram o meio ambiente, as

contribuições ecológicas ocorrem na medida em que os elementos naturais que compõem o espaço minimizam impactos decorrentes da industrialização e urbanização (LOBODA e DE ANGELIS, 2005).

Essas áreas amenizam os impactos provocados pelas cidades ao meio físico e a qualidade de vida. Como exemplo, existem estudos sobre a influência das áreas verdes urbanas para o controle da temperatura e umidade do ar, para controle do aquecimento global com o sequestro de carbono, para controle da poluição do ar e acústica, aumento do conforto ambiental, estabilização de superfícies por meio da fixação do solo pelas raízes das plantas, abrigo à fauna, equilíbrio do índice de umidade no ar, proteção das nascentes e dos mananciais, organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas, valorização visual e ornamental do ambiente, recreação, diversificação da paisagem construída, além de muitos outros benefícios a vegetação tem ainda efeitos diretos sobre a saúde mental e física da população.

A importância das áreas verdes nas cidades está intimamente relacionada com a quantidade, a qualidade e a distribuição das mesmas dentro da malha urbana. As áreas verdes funcionam como controle das densidades urbanas, atende demandas de lazer, contribui à estética urbana, melhora a estética do sistema viário, atende necessidades psicológicas, melhora o microclima, diminui níveis de poluição do ar, diminui partículas de pó em suspensão, diminui ruídos urbanos, protege encostas e margens de rios, melhora a absorção de águas pluviais e proteger os mananciais (KOWALTOWSKI, 1989 *apud* MORERO, 2006). São dadas as

áreas verdes funções múltiplas combinadas, além das descritas anteriormente também possuem funções científicas, econômicas, sociais ou políticas e são essenciais para a manutenção da qualidade ambiental.

Especificamente em áreas urbanas, as áreas verdes são importantes pois, estão se tornando elementos raros, o que no padrão de urbanização dispersa exige-se cada vez mais áreas que antes estavam alheias ao processo de expansão urbana. Esse novo padrão de ocupação urbana somado ao crescimento demográfico que gera demanda por novas áreas para habitações, para suprir a crescente demanda alimentar e para o sistema de espaços com construções, exerce pressão para o aumento da taxa de degradação ambiental e a destruição de habitats naturais.

A relação cidade e natureza, com o crescimento da urbanização vai se tornando cada vez menor, e a degradação se torna comum nas grandes cidades, pois não houve nenhum tipo de planejamento que ressaltou a importância do meio ambiente, e vida urbana ficou atrelada a infra-estrutura da cidade. “O desenvolvimento histórico produz um espaço a partir da unidade dialética homem-natureza” (CARLOS, 2005, p. 28).

Atualmente, com um novo ideal de qualidade de vida e qualidade ambiental, temos a demanda crescente pela proximidade dos artefatos ambientais, e por outro lado temos um aumento na pressão sobre o consumo do espaço urbano. Em suma, o que está acontecendo com as áreas verdes públicas, é que sempre estão reduzindo os seus recursos ou sendo administradas com os restos de outras ramificações do governo, enquanto aumenta as necessidades criadas pela

expansão urbana. Associada às questões acima está a falta de políticas públicas eficientes no campo urbanístico que poderiam evitar os problemas que ocorrem hoje nas grandes cidades. É nesse sentido que embora todas as cidades apresentem áreas verdes onde a população possa ter momentos de lazer e contato com a natureza, poucas têm esses espaços de forma organizada, de modo que não passam de espaços sem função no urbano.

### Considerações finais

Ainda se tem que aprofundar nos discursos de política pública que usam as matrizes discursivas do sustentável e meio ambiente, usados para fazer intervenções no espaço geográfico como totalidade. Suas contradições e os seus conflitos deverão ser desvendados. Neste sentido, podemos dizer que a problemática ambiental manifestasse uma relação muito complexa que está além das soluções e alternativas de solução planteadas pelo “desenvolvimento sustentável” e os acordos assinados pelas nações que apontam a sua consecução.

Por isso pensar como se produz o espaço urbano e em que direção é produzido este espaço é de muita importância. Numa sociedade marcada por uma profunda divisão social do trabalho tanto na escala, local, regional e internacional. Assim a degradação ambiental passa ser fruto de uma relação dos grupos sociais na apropriação da natureza.

### Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades**: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- AFONSO, Cintia Maria. **Sustentabilidade**: caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.
- BORTOLOZZI, A.; PEREZ, A. F. Crise Ambiental da Modernidade e a Produção do Espaço – Lugar do Não Cidadão. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 76, n. 76, dez. 1999. P. 7-21.
- CARLOS, A. F. A. (org). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- CISOTTO, M.F. **Natureza e Cidades**: relações entre os fragmentos florestais e a urbanização de Campinas. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- COPABIANCO, João Paulo. O que podemos esperar da Rio-92? **São Paulo em perspectiva**, 6(1-2): 13-17, janeiro/junho 1992.
- CORRÊA, R.L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2000.
- DELPUPPO, Carlos Henrique. Cenários futuros em mudança do clima: Uma visão pós-2020. In: FUJIHARA, Marco Antonio; LOPES, Fernando Giachini (orgs.). **Sustentabilidade e mudanças climáticas**: guia para o amanhã. São Paulo: Terra das Artes Editora: Editora SENAC São Paulo, 2009.
- FERNANDEZ GUELL, José Miguel. **Planificación Estratégica de ciudades**. Barcelona: Gustavo Gili, 1997.
- FERREIRA, L. C. **A Questão Ambiental**: Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo, 1998.

GUZZO, P.; CARNEIRO, R. M. A.; OLIVEIRA JUNIOR, H. Cadastro Municipal de Espaços Livres Urbanos de Ribeirão Preto (SP): acesso público, índices e base para novos instrumentos e mecanismos de gestão. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 1, p. 19-30, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HERMANO, Vivian Mendes. **As políticas espaciais do desenvolvimento sustentável**. 2007. Disponível em: <[www.centrohumboldt.org.ar](http://www.centrohumboldt.org.ar)>.

JACOBI, P. Impactos socioambientais urbanos: do risco à busca de sustentabilidade. In: MEDONÇA, F. (org.) **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

JASANOFF, Sheila. Heaven and Earth: The politics of environmental images. In: JASANOFF, Sheila, MARTELLO, Marybeth Long (orgs.). **Earthly Politics: Local and global in environmental governance**. Massachusetts Institute of Technology, 2004.

KHALILI, Amyra El. O meio ambiente chegou ao mercado. **Revista ESPM**, v. 17, ano 16, n. 1, jan./fev. 2010.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável: As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Montevideo, 2004.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LIMA, S.B. **Os Jardins de Campinas: o surgimento de uma nova cidade (1850-1935)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2000.

LIMA, A. M. L.P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; SOUSA, M.A.L.B.; FIALHO, N.; DEL PICCHIA, P.C.D. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: II Congresso de Arborização Urbana. **Anais...** São Luis, p. 539-553, 1994.

LOBODA, C. R.; ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Revista Ambiência**, Guarapuava, v. 1, p. 125-139, 2005.

MACEDO, S. S.; CUSTÓDIO, V. Os Sistemas de Espaços Livres da cidade contemporânea brasileira a esfera de vida pública – Considerações Preliminares. In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL. **Anais...** Montevideo: Imprensa Gega, v. único, p. 1-12, 2009.

MAGRO, M. **As florestas podem mudar drasticamente o clima de uma cidade**. Istoé Independente. Disponível em <[makacokosmico.blogspot.com/2009/05/teoria-da-bomba-biotica.html](http://makacokosmico.blogspot.com/2009/05/teoria-da-bomba-biotica.html)>. Acesso: mai. 2009.

MEDONÇA, F. (org.). **Impactos sociais ambientais**. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

MORERO, A. M. **Planejamento ambiental de áreas verdes no município de Campinas (SP)**. 1996. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho (orgs.). **Desenvolvimento Sustentável – A Institucionalização de um Conceito**. Brasília: IBAMA, 2002.

NUCCI, J.C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**. São Paulo: Humanitas, 2001.

OLIVEIRA, C.H. **Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico**

e propostas. 1996. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

PACHECO, R. S.; LOUREIRO, M. R.; FINGERMASNN, H.; AMARAL, H, K; MAC DOWELL, S. Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. **Revista Espaço & Debates**, n. 35, p.46-51, 1992.

RIBEIRO, L. C. de Q.; CARDOSO, A. L. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. **Espaço & Debates: Cidade Brasileira, Século XX**. Revista de estudos regionais e urbanos. Ano XIV, n. 37 p.77-89, 1994.

RODRIGUES, Arlete M. Problemática Ambiental = Agenda Política. Espaço, território, classes sociais. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 83, p. 91-110, dez/2005.

\_\_\_\_\_. **Produção e Consumo do e no Espaço: a problemática ambiental urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento Sustentável – Dos conflitos de classes para o conflito de gerações. In: **Panorama da Geografia Brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. A matriz discursiva sobre o “Meio Ambiente”: Produção do espaço urbano - agentes, escalas e conflitos. In: CARLOS. A. F. A. *et al.*(orgs.). **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

TOPALOV, Christian. Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma da ação sobre a cidade e o habitat? **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPPUR, ano XI, n.1 e 2, 1997.

ULTRAMARI, C. Origens de uma política urbano-ambiental. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: UFPR, n. 3, p.65-78, jan/jun 2001.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Planejamento urbano, sustentabilidade urbana e qualidade de vida. Considerações sobre o significado de cidade e de cidadania no início do século XXI. In: KEINERT, T.*et al.*(orgs.). **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo: Annablume, 2002.